



Meta reconhece falha na moderação eleitoral

Conselho de Supervisão da empresa admite preocupação com “recorrentes” incorreções. E assume que não se pode aplicar regras com excessivo rigor, como fez contra Lula

» MARIA BEATRIZ GIUSTI
» ALÍCIA BERNARDES

O Conselho de Supervisão da Meta, órgão de fiscalização das práticas internas da plataforma, admitiu, ontem, preocupação com “falhas recorrentes” na moderação de conteúdo relacionado às eleições no Brasil. A nota cobra medidas para garantir a liberdade de expressão e cita medida da companhia que derubou a conta de anúncios do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No comunicado, o grupo exige “transparência” e diz que comete erros ao afrouxar o cumprimento de regras ou ao aplicá-las com rigor excessivo, como teria feito com o petista.

“Da mesma forma, a aplicação excessiva das políticas antifraude da Meta contra as contas de anúncios do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva representa uma falha que deveria ter sido encaminhada a uma equipe interna de especialistas”, reconhece a nota da Meta.

“Incidente técnico”

A big tech admitiu falha técnica que retirou a conta de anúncios da campanha de Lula após os mecanismos de controle da empresa enquadrarem, por suposto equívoco, um anúncio como possível publicação fraudulenta sobre programa governamental. Em resposta ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que cobrou explicações após ação movida pela chapa do presidente, a Meta também reconheceu “incidente técnico de alcance global” que teria bloqueado a contabilização de visualizações de posts em 7 de outubro, de 1h50 às 19h49. afirmou, porém, se tratar de erro ocorrido em todo o mundo e que não teve impacto maior sobre perfis associados a partidos de esquerda.

Essas falhas suscitaram alegações por parte de apoiadores de Lula de que a empresa tem interferido nas eleições. O Conselho de Supervisão da Meta cita essas acusações ao cobrar melhorias de procedimentos internos.

“Desde a remoção de contas de ativistas políticos durante protestos nos EUA antes das eleições de meio de mandato até restrições técnicas que afetaram as contas de um candidato à Presidência no Brasil, levando a alegações de interferência eleitoral, fica claro que a Meta precisa fazer mais para garantir que suas práticas de fiscalização

Luiz Roberto/TSE



Bellizze com os representantes da Meta: empresa admite que rigor excessivo com anúncios prejudicou Lula



Da mesma forma, a aplicação excessiva das políticas antifraude da Meta contra as contas de anúncios do presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva representa uma falha que deveria ter sido encaminhada a uma equipe interna de especialistas”

Trecho da nota divulgada pela Meta

durante as eleições sejam transparentes e consistentes e que a liberdade de expressão política seja protegida, em vez de reprimida”, observa a empresa.

Reunião

Os representantes da Meta e das campanhas de Lula e de Flávio Bolsonaro reuniram-se, ontem, com o ministro Marco Aurélio Bellizze, do TSE. O encontro teve como pauta o possível favorecimento à candidatura do filho do ex-presidente por meio do impulsionamento de publicações nas redes sociais. A empresa foi intimada a apresentar, em 24 horas, informações sobre as medidas adotadas para assegurar a igualdade na distribuição de conteúdos políticos e na veiculação

de anúncios eleitorais.

A reunião foi solicitada pela própria big tech — que é dona do Instagram, do WhatsApp, do Facebook e do Threads —, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o cumprimento das determinações do TSE. A campanha de Lula vem questionando a atuação da plataforma e aponta possíveis restrições à divulgação de conteúdos e ao impulsionamento de anúncios.

Em manifestação enviada à Corte antes da reunião, a Meta negou negligência no cumprimento das determinações judiciais e apresentou uma declaração técnica para sustentar que os conteúdos relacionados aos dois candidatos têm tratamento equivalente. Bellizze determinara à big tech que comprovasse as providências

adotadas para assegurar condições iguais de divulgação.

Mas a empresa rejeitou a criação de um canal para atender casos urgentes de bloqueios e ataques contra jornalistas, apesar de relatos de restrições a perfis no período eleitoral. Em resposta enviada em 16 de outubro ao Observatório da Violência contra Jornalistas e Comunicadores Sociais, coordenado pela Secretaria Nacional de Justiça (Senajus), do Ministério da Justiça e Segurança Pública, a Meta alegou que a iniciativa envolveria complexidades técnicas, jurídicas e operacionais e poderia representar a “assunção de novas obrigações regulatórias”. A empresa defendeu que os canais gerais de atendimento são suficientes e apontou o fluxo de cooperação com o TSE para demandas eleitorais.

Dados da Coalizão em Defesa do Jornalismo (CDJor) citados pela Senajus apontam 14.182 ataques digitais contra jornalistas e veículos durante o período eleitoral. Na reta final do primeiro turno, a média diária de ocorrências aumentou 74%. Já a organização CTRL+Z reuniu 1.121 relatos de restrições a contas e conteúdos políticos, incluindo bloqueios e remoções sem justificativa específica. **(Com Agência Estado)**

Melillo: escolhas vêm na última hora

» BEATRIZ VASCONCELOS*

Apesar de faltar cinco dias para o segundo turno das eleições, muitas pessoas decidem em que votar às vésperas ou até mesmo no momento de ir às urnas. Isso quer dizer que debates e conteúdos nas redes sociais podem ser decisivos nesta reta final. A advertência foi feita pelo analista político Melillo Dinis, na entrevista que concedeu à edição de ontem do *CB.Poder* — uma parceria do **Correio** com a TV Brasília —, conduzido pelos jornalistas Carlos Alexandre de Souza e Ana Maria Campos.

Mas existem um ponto de equilíbrio na utilização desses dois meios de chegar ao eleitorado. Para Melillo, a postura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do senador Flávio Bolsonaro no debate da Band, domingo, foi “um completo desastre”. Quando a disputa desce a tal nível, o eleitor decide motivado pelo desejo de impedir a vitória do candidato que rejeita, em vez de votar movido pela identificação com um projeto de país.

Pedro Paulo Cardoso CB/DA Press



Cientista político observa: muitos vão votar sem candidato escolhido

Para Melillo, as propostas dos candidatos não estão claras. No caso de Lula, ele não explicou como ficará a questão economia em 2027. “Criou tanta ‘bondade’ que eu não sei se o Orçamento sustenta”,

lamenta. Sobre Flávio, criticou o chamado Ministério da Prosperidade. “Ninguém conseguiu entender do que se trata”, afirma.

Melillo chamou a atenção para as “redes antissociais”, que não

permitem a troca de ideias com vizinhos, amigos e pessoas que estão indecisas. “A comunicação é importante, as comunidades são importantes, mas eu tenho dúvidas se isso engaja aquele que está indeciso. Não é por ver uma manifestação ou por ir a uma manifestação que muita gente convence outra a sair dessa posição”, explica, acrescentando que as mobilizações de rua têm dificuldades em conquistar os votos de quem não escolheu o candidato.

Ao prever a vitória de Lula ou de Flávio por uma diferença mínima, Melillo adverte que o país enfrentará uma profunda “ressaca cívica” e mergulhará numa acentuada divisão. “Perdemos as pontes e os diálogos com a manutenção do clima de ‘nós contra eles’. Precisamos retomar esse esforço e entender que quem pensa diferente não é nosso inimigo, sob o risco de aprofundarmos esse poço e haver uma convulsão social”, alerta.

***Estagiária sob supervisão de Fábio Grecchi**

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



O iberismo numa encruzilhada da história que pauta Lula e Flávio

A eleição presidencial brasileira é a mais importante fora dos Estados Unidos em 2026, avalia Daron Acemoglu, professor do Massachusetts Institute of Technology (MIT), laureado com o Nobel de Economia. Em entrevista à BBC News Brasil, o economista compara uma eventual volta da família Bolsonaro ao poder à decisão dos norte-americanos de reconduzir Donald Trump à Casa Branca. Seu alerta ultrapassa a disputa entre candidatos: segundo ele, está em jogo o lugar do Brasil na crise das democracias e na reorganização do poder mundial.

Mais uma vez, o país chega a uma encruzilhada histórica, na qual suas contradições internas se encontram com as grandes transformações internacionais. Desde a expansão marítima portuguesa, participamos das conexões entre Ocidente e Oriente. A chegada de Cabral ocorreu numa expedição destinada à Índia. Mais tarde, sobretudo a partir da segunda metade do século XVII, Salvador se consolidou como escala da Carreira da Índia, integrando circuitos que ligavam Europa, África, América e Ásia. Antes de existir como nação, o Brasil já participava de uma economia mundial

Essa inserção deixou marcas. A colonização nos vinculou à circulação internacional de mercadorias, pessoas e conhecimentos, mas organizou a sociedade pela escravidão, pelo monopólio e pela concentração da propriedade. A conexão com o mundo conviveu com o fechamento das oportunidades dentro de casa. A riqueza atravessava os oceanos, a cidadania encontrava barreiras na estrutura social.

É nesse sentido que o velho iberismo continua sendo uma chave para compreensão do presente. Não como destino cultural inevitável, embora sua presença seja uma vertente de nossa identidade nacional, nem como explicação para todos os nossos males, como fazem aqueles que veem no povo o grande problema. Mas como uma herança de centralização do poder, hierarquias sociais e dependência da sociedade em relação ao Estado.

Nossa modernização frequentemente avançou por decisões tomadas de cima, mediante acordos entre elites que incorporavam demandas populares sem distribuir o poder na mesma proporção e, muito menos, o conhecimento e a renda. Nosso populismo é parte desse processo. Como destaca Alberto Aggio, em seu livro *Um Lugar no Mundo* (Fundação Astrojildo Pereira), não cabe reduzi-lo a simples demagogias. Sua emergência correspondeu à crise da ordem liberal oligárquica e à tentativa de construir sociedades industriais com protagonismo estatal. A nossa revolução burguesa foi passiva, incorporou trabalhadores pela legislação social, mas submeteu sua organização à tutela do Estado. Ampliou direitos e restringiu autonomia.

A Constituição de 1988 procurou superar essa cidadania tutelada ao combinar direitos sociais, liberdades individuais e participação democrática. Sim, seus resultados são insuficientes diante da desigualdade brasileira, mas não autorizam tratar a redemocratização como um grande fracasso. O impasse está na dificuldade de converter direitos reconhecidos em serviços de qualidade, oportunidades e segurança, enquanto grupos organizados, velhas oligarquias e corporações do poder instalado capturam recursos e instituições.

Entre dois mundos

É aqui que o economista norte-americano volta a essa história. Em seu novo livro, *What Happened to Liberal Democracy?*, Acemoglu relaciona a vitalidade da democracia liberal à prosperidade compartilhada, ao governo democrático e à liberdade de produzir conhecimento. Sua reconstrução exige, pois recuperar as condições sociais que tornam a liberdade efetiva para a maioria.

Resguardadas as mudanças na estrutura e na composição das classes sociais no Brasil, o velho dilema da “classe em si” ou “classe para si” pode ser traduzido pela seguinte pergunta: como assegurar que o trabalhador seja um cidadão autônomo, com voz e perspectivas de ascensão? Essa é a tarefa inconclusa para social-democratas e liberais, no poder ou fora dele. As razões também são uma boa discussão para depois das eleições.

Nossa relação com o exterior tem tem a ver com isso. A tradição diplomática brasileira construiu instrumentos para ampliar a margem de decisão nacional diante das potências. Em diferentes governos e regimes, houve esforços para negociar vantagens, diversificar parceiros e evitar compromissos que subordinassem o desenvolvimento brasileiro às prioridades alheias. Essa tradição produziu um patrimônio de Estado, que está em risco nessas eleições.

Agora, a rivalidade entre Estados Unidos e China recoloca o Brasil entre dois grandes centros de poder. Entretanto, é um erro transformar essa circunstância numa escolha simplista. A aproximação com Washington não constitui, por si, uma garantia democrática, assim como o comércio com Pequim não determina nosso regime político. O critério deve ser o interesse nacional, submetido ao debate público e aos limites constitucionais.

Relações com os EUA, a China, a União Europeia e o Brics precisam ser avaliadas por seus efeitos sobre emprego, tecnologia, produtividade e capacidade de decisão. Nossa soberania perderá substância se depender excessivamente de qualquer parceiro ou com uma corrente política estrangeira como referência de autoridade para lideranças nacionais. Isso também coloca em xeque nossa democracia representativa.